## **SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0000050-84.2015.8.26.0233** 

Classe - Assunto **Procedimento Comum - Pagamento** 

Requerente: Irmãos Ruscito Ltda. - Supermercados Ruscito

Requerido: Eder Lucio Gonzaga

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança movida por IRMÃOS RUSCITO LTDA. em face de EDER LÚCIO GONZAGA. Alega a parte autora que dispõe de crédito em aberto em desfavor do requerido, referente a compra de mercadorias, no valor de R\$ 1.066,98. Requer a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.979,14. Juntou documentos (fls. 5/12).

Citado (fls. 50), o requerido deixou transcorrer "in albis" o prazo para resposta.

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato, com fundamento no artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

A contumácia do réu importa presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.

Além disso, a prova documental indica a inadimplência, impondo-se o acolhimento da pretensão condenatória.

Verifica-se, através dos comprovantes de fls. 16/20, assinados pelo requerido, que houve ajuste prévio sobre data de vencimento das parcelas, razão pela qual a atualização monetária e os juros de mora incidem a partir da data ajustada.

De outro lado, não integram o crédito as despesas extraprocessuais com correio, mostrando-se inadequada, também, a inclusão de honorários advocatícios no cálculo inicial.

São as razões a parcial procedência.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, condenando o réu ao pagamento da importância de R\$ 1.066,98 atualizada pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e com juros de mora de 1% ao mês a contar da data de vencimento das parcelas. Sucumbente, arcará o réu com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% do valor da condenação atualizado.

Interposta apelação, intime-se para apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 25 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA